

Racismo mascarado no Brasil

Masked racism in Brazil

Celciane dos Reis Maciel

Jardiele Silva Rodrigues

Maria Barros Pontes

RESUMO

Este artigo investiga a continuidade da discriminação racial no Brasil, discutindo como o racismo se expressa de maneira dissimulada em variados cenários sociais, culturais e organizacionais. Por meio da avaliação de pesquisas acadêmicas, informações históricas e relatos atuais, debate-se a continuidade do racismo no país, não somente em suas manifestações explícitas, mas também em manifestações subtis que se manifestam no dia a dia. O termo “racismo mascarado” é descrito como uma tática de discurso e comportamento que esconde as disparidades raciais por trás de camadas de normatividade social, política e econômica, tornando mais difícil sua detecção e combate. O estudo fundamenta-se na observação de comportamentos discriminatórios em alguns ambientes, tais como escolas, empresas, demonstrando como tais ações afetam a vida dos indivíduos negros e perpetuam ciclos de marginalização. O artigo, por meio de uma análise crítica, sugere um olhar mais cuidadoso sobre as formas cotidianas de discriminação, enfatizando a relevância da educação antirracista e das políticas públicas para combater as expressões ocultas de racismo. Conclui-se que, apesar de o Brasil ter progredido em alguns aspectos da igualdade racial, o racismo disfarçado continua sendo uma barreira importante para a inclusão total e a igualdade social.

Palavras-chave: Racismo. Mascarado. Igualdade Respeito

ABSTRACT

This article investigates the continuity of racial discrimination in Brazil, discussing how racism is expressed in a hidden manner in various social, cultural and organizational settings. Through the evaluation of academic research, historical information and current reports, the article discusses the continuity of racism in the country, not only in its explicit manifestations, but also in subtle manifestations that manifest themselves in everyday life. The term “masked racism” is described as a tactic of discourse and behavior that hides racial disparities behind layers of social, political and economic normativity, making it more difficult to detect and combat them. The study is based on the observation of discriminatory behavior in some environments, such as schools and companies, demonstrating how such actions affect the lives of black individuals and perpetuate cycles of marginalization. The article, through a critical analysis, suggests a more careful look at everyday forms of discrimination, emphasizing the relevance of anti-racist education and public policies to combat hidden expressions of racism. It is concluded that, although Brazil has made progress in some aspects of racial equality, disguised racism continues to be a major barrier to full inclusion and social equality.

Keywords: Racism. Masked. Equality. Respect

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1998 determina que promover o bem de todos é um dos objetivos fundamentais da República, sem preconceitos de raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim sendo, neste artigo pontuaremos alguns estudos sobre as relações raciais em nosso país, no sentido amplo de situar questionamentos que permeiam a verdadeira inclusão do negro na sociedade atual.

Diante disso, é cabível a seguinte indagação: o negro é aceito na sociedade de acordo como previsto na lei brasileira? Desta forma, buscaremos por meio de pesquisas bibliográficas abordar a temática: Racismo Mascarado no Brasil. Tendo como objetivo geral, analisar e expor as formas sutis, históricas e estruturais de violência e extermínio direcionadas a grupos brasileiros, especialmente a raça negra, desvelando os mecanismos ideológicos, sociais, políticos e econômicos, com intuito de garantir a igualdade e a justiça em uma sociedade mais justa e equitativa.

A escolha deste tema decorre da necessidade de evidenciar uma determinada forma de discriminação que, por não ser sempre evidente, dificulta o enfrentamento do preconceito racial como um todo. Além disso, pretende-se informar a sociedade a partir da problematização das estruturas sociais e culturais que sustentam essas práticas. No que tange as opções metodológicas, será uma abordagem qualitativa, buscando revisão de obras acadêmicas e artigos científicos para uma melhor compreensão do tema abordado.

Para dar embasamento ao artigo, apresentaremos dois principais teóricos que retratam bem o tema em questão. Mário Theodoro e Nilma Lino Gomes, além de outros pensadores que contribuirão de maneira significativa ao trabalho desenvolvido.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito

De acordo com o dicionário, racismo caracteriza-se como uma forma de preconceito e discriminação direcionados a alguém, tendo em conta sua origem étnico racial, geralmente referindo-se a ideologia de que existe uma raça melhor do que outra. Ou um sistema que defende a existência de uma raça considerada superior e que, em razão disso, deve dominar outras, falando especialmente das pessoas brancas em relação a outras.

Assim, a filósofa brasileira Sueli Carneiro pontua: “racismo penetra diferentes campos da vida social e produz seus resultados, estruturando profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceito, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação).”

O Brasil sempre procurou por meio de teorias científicas, a ideia de um país cordial sem discriminação racial, o que o torna cada vez mais perigoso. Pois não se sabe de onde ele vem, dificultando a maneira de combatê-lo.

Diante desta configuração, o racismo é o preconceito e discriminação baseados em crenças de superioridade e inferioridade entre regras. É neste cenário que acontece o que se configura de racismo mascarado, uma expressão que se refere à discriminação racial existente no Brasil, mas que é disfarçada pelo mito da democracia racial.

“O racismo camuflado é traiçoeiro: não se sabe exatamente de onde vem. Tanto pode se manifestar nos regimes autoritários” quanto nos democráticos (CARNEIRO,1997, p.07).

Para que se possa compreender este tipo de preconceito é necessário voltar ao passado e entender como tudo começou. Analisando a trajetória da existência do racismo em nosso país, veremos que ela existe desde a entrada dos portugueses em terras brasileiras. Pois entre (1500 e 1870) mais de 12,5 milhões de africanos foram raptados, ou seja, vendidos como escravos e trazidos em navios negreiros até o continente americano. Desses 1 em cada 4 eram levados para o Brasil, sendo obrigados a deixarem sua cultura, e seus costumes para encararem uma realidade difícil.

Alguns historiadores retratam que as viagens dentro dos navios negreiros eram piores do que o período como escravos nas fazendas de café, pois dentro dos navios, muitos perdiam suas vidas, não só pela diversidade de doenças como: rubéola, sarampo, escorbuto, sífilis etc. mas, sim pela brutalidade dos traficantes.

E essa realidade foi por muito tempo vivenciada pelos negros, especificadamente 300 anos. Pois ressalta-se que o Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental, foi o último a extinguir o tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós em 1850 e também o último a abolir a escravidão, que ocorreu, por meio da Lei Áurea, no ano de 1888.

Em todos os aspectos relacionados a essa temática percebe-se que o nosso país tem uma dificuldade gigantesca em incluir os negros ao seu direito garantido pela Constituição

Federal. Que de acordo com o artigo 5º estabelece o princípio da igualdade, garantindo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo raça e cor.

Artigo 3º inciso IV: Define como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Assim sendo, não se pode discriminar os seres humanos, ou grupo sociais, julgando ser superior por causa da cor da sua pele ou outra forma de discriminação. Pois perante a lei, somos todos iguais

Desigualdade Racial

Mário Theodoro, economista e investigador, figura entre os principais especialistas no debate sobre desigualdade racial no Brasil retrata em suas publicações, "As Cores da Desigualdade", ele mostra como o racismo está fundamentalmente arraigado na sociedade brasileira, tornando-se uma parte intrínseca das instituições, além dos processos sociais, econômicos e políticos.

O racismo é uma das formas mais persistentes de desigualdade social no Brasil, manifestando-se de diferentes maneiras ao longo da história. Embora se acredite frequentemente que a sociedade brasileira superou esse problema após a abolição da escravidão, a realidade mostra que o preconceito racial ainda está presente, mesmo que, em muitos casos, de forma velada.

De acordo com Theodoro, o racismo institucional não se baseia em comportamentos individuais, mas se origina de regras, políticas públicas e práticas administrativas que geram resultados discriminatórios. Trata-se de uma forma de racismo que é “invisível”, mas ainda assim eficaz, já que limita o acesso da população negra a direitos fundamentais, como uma educação de qualidade, trabalho decente e um sistema de saúde pública que funcione bem. Essa modalidade de exclusão ilustra um exemplo clássico de racismo disfarçado, pois se apresenta de maneira encoberta, muitas vezes com justificativas técnicas ou neutras.

Esse assunto também é evidenciado por Nilma Lino Gomes, docente e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, é uma referência importante nas investigações acerca de identidade, educação e políticas de ação afirmativa. Em suas obras, evidencia a importância da escola na formação (ou desconstrução) de estereótipos raciais. Ainda segundo a autora, o racismo disfarçado se evidencia também dentro do ambiente escolar — seja

pela carência de representações negras nos currículos, seja pelo silenciamento das culturas afro-brasileiras.

Ela apoiou a promoção de uma educação antirracista que celebre a diversidade e incentive a equidade, considerando isso um passo essencial para dismantlar as estruturas racistas que estão profundamente enraizadas no Brasil.

O abolicionista Joaquim Nabuco foi certo em escrever: “ O nosso caráter, temperamento, a nossa moral acha-se terrivelmente afetados pelas influências com o que a escravidão passou 300 anos a permear a sociedade brasileira

(...) enquanto essa obra não estiver concluída o abolicionismo terá sempre razão de ser.

Embora a abolição oficial da escravidão tenha ocorrido em 1888, a marginalização social e econômica da população negra persistiu através de mecanismos institucionais e culturais, embora de maneira menos evidente.

Diante desta confirmação, percebe-se que a escravidão apenas mudou de nomenclatura. Pois agora em vez de colocar no tronco, ou forçar a trabalho escravo, o negro hoje no nosso país é oprimido.

Mesmo sendo a maioria, pesquisas comprovam que a população negra amarga os piores índices de desigualdade em vários setores, os quais destacam-se: mercado de trabalho e meio educacional.

Segundo Emerson Ferreira Rocha, a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro pode ser explicada por dois fatores: “ os atributos e os recursos adquiridos dentro os quais podemos destacar a escolaridade; e o tratamento diferencial que as pessoas recebem em função da raça, quando competem por posições no mercado de trabalho”. E ainda segundo o autor, “combater essas formas de discriminação, que existem e persistem a margem do que é publicamente declarado, assim como das normas e dos procedimentos formais, é um dos nossos grandes desafios para o futuro.

A falta de políticas públicas de inclusão favoreceu a continuidade da desigualdade racial. Enquanto a elite branca continuou a concentrar as oportunidades econômicas e sociais, a população negra foi relegada à informalidade, ao desemprego e aos espaços urbanos periféricos.

Democracia Racial

Mário Theodoro, economista e investigador, figura entre os principais especialistas no debate sobre desigualdade racial no Brasil. Em suas publicações, como "As Cores da Desigualdade", ele mostra como o racismo está fundamentalmente arraigado na sociedade brasileira, tornando-se uma parte intrínseca das instituições, além dos processos sociais, econômicos e políticos.

No Brasil, ao longo do século XX, firmou-se a noção de que éramos uma democracia racial, um país onde diversas etnias coexistiam pacificamente, sem grandes conflitos. Esta história foi reforçada por intelectuais e pela imprensa, ocultando a presença de profundas desigualdades entre brancos e negros.

Escritores como Gilberto Freyre tiveram um impacto significativo na formação dessa imagem, enfatizando a miscigenação como um traço positivo da sociedade brasileira. Contudo, a ideia de democracia racial revelou-se enganosa, uma vez que desconsiderava os métodos sutis, mas frequentemente violentos, de exclusão e preconceito que a população negra enfrentava.

Assim sendo: Abadias Nascimento argumenta que desde a escravidão até os dias atuais, a população negra no Brasil, tem sido vítima de um genocídio institucionalizado e sistemático, embora muitas vezes invisibilizado sob a narrativa da democracia racial. Atualmente é o que chamamos de racismo velado, que diferentemente do racismo aberto — caracterizado por atos evidentes de hostilidade, exclusão e violência — o racismo velado é expresso por meio de atitudes e discursos que, embora aparentemente inofensivos ou até bem-intencionados, perpetuam a marginalização e a inferioridade da população negra.

Ele se manifesta em piadas, estereótipos, micro agressões, práticas institucionais e até mesmo políticas públicas que reforçam a desigualdade. Muitas vezes, esse tipo de racismo é tão naturalizado que passa despercebido até mesmo por quem o pratica.

Na realidade, estabeleceu-se um acordo de silêncio em relação ao racismo. A falta de reconhecimento do problema complicou o seu enfrentamento, já que se tornou socialmente aceitável ignorar ou relativizar atos racistas, contanto que fossem camuflados ou “naturalizados”.

De acordo com Gomes, o racismo se manifesta não apenas em atos individuais, mas, também nas estruturas, normas, políticas e práticas de instituições como a escola, o sistema de justiça ou mercado de trabalho e outras esferas da sociedade.

Ambos os autores, ao abordar diferentes aspectos do racismo, revelam que a discriminação racial está longe de ser um desafio resolvido. Pelo contrário, ela se manifesta em formas cada vez mais sofisticadas e demanda estratégias abrangentes para serem enfrentadas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma metodologia qualitativa de exploração e visa entender as formas como o racismo implícito se revela no Brasil atual. A pesquisa analisou o fenômeno do racismo estrutural e implícito no país através de uma revisão de literatura e avaliação de documentos, utilizando como base artigos científicos, livros universitários e registros oficiais.

A revisão de literatura permite uma análise de algumas contribuições teóricas que ajudam a aprofundar a discussão sobre o assunto, possibilitando uma visão mais completa dos elementos históricos, sociais e culturais vinculados ao racismo disfarçado.

As principais perguntas de investigação que orientam esta pesquisa são:

De que maneira o racismo implícito se expressa nas interações sociais no Brasil? Quais afirmações e atitudes significativas ajudam a manter o racismo de forma implícita? De que forma a sociedade brasileira reconhece ou rejeita a presença do racismo?

As informações foram reunidas a partir de bancos de dados acadêmicos, com ênfase no Google Acadêmico, para assegurar que os dados empregados fossem confiáveis e atualizados. A revisão das informações foram feitas com base na técnica de análise de conteúdo, que possibilitou organizar os principais aspectos conceituais, históricos e práticos que estão ligados ao racismo no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise apresentada torna claro que o Brasil lida com formas complexas de discriminação racial, frequentemente ignoradas ou minimizadas com a justificativa de que “todos são iguais diante da lei”. Contudo, a experiência diária demonstra que a igualdade legal não se traduz necessariamente em igualdade na prática.

O racismo disfarçado se mantém por meio de ações sociais, políticas e institucionais que, mesmo sem uma intenção direta, mantêm a população negra em uma situação de desvantagem. A obra de Mário Theodoro expõe os mecanismos econômicos e políticos que

sustentam essa exclusão, enquanto Nilma Lino Gomes destaca os efeitos subjetivos e simbólicos, especialmente no campo educacional.

Dessa forma, lidar com o racismo no Brasil requer mais do que apenas boas intenções ou falas genéricas sobre igualdade. É imprescindível reconhecer as desigualdades históricas, valorizar a diversidade étnica e criar políticas públicas que favoreçam a justiça social e a reparação histórica. Somente assim poderemos construir uma sociedade que seja genuinamente democrática, diversa e justa.

Constatou-se que o racismo disfarçado é apoiado por uma estrutura social que valida comportamentos discriminatórios. Mesmo em cenários que aparentam ser diversos, como ambientes de trabalho ou instituições educacionais, ainda existem ações que excluem e replicam estigmas e estereótipos.

No que se refere ao ambiente profissional, o racismo disfarçado se manifesta na dificuldade de acesso a posições de liderança, na desvalorização profissional de indivíduos negros e na demanda por padrões estéticos e comportamentais fundamentados na branquitude. É frequente que candidatos negros sejam excluídos de processos de seleção, mesmo possuindo qualificações iguais ou superiores.

Na esfera educacional, o racismo velado se manifesta pela supressão de referências negras nos planos de estudo, pela expectativa de desempenho inferior dos alunos negros e pela falta de representatividade entre professores e gestores. Além disso, estudantes negros frequentemente são alvo de bullying, brincadeiras racistas e marginalização social, mesmo em escolas que pregam o respeito à diversidade.

No ambiente profissional, o racismo disfarçado se manifesta na dificuldade de acesso a posições de liderança, na desvalorização profissional de indivíduos negros e na demanda por padrões estéticos e comportamentais fundamentados na branquitude. É frequente que candidatos negros sejam excluídos de processos de seleção, mesmo possuindo qualificações iguais ou superiores.

Na esfera educacional, o racismo velado se manifesta pela supressão de referências negras nos planos de estudo, pela expectativa de desempenho inferior dos alunos negros e pela falta de representatividade entre professores e gestores. Além disso, estudantes negros frequentemente são alvo de bullying, brincadeiras racistas e marginalização social, mesmo em escolas que pregam o respeito à diversidade.

Esta perspectiva fragmentada favorece a obscuridade da participação dos africanos e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira. Ademais, enfatiza a concepção de

que a cultura negra é um elemento “a parte” ou “extra”, e não um componente essencial da identidade nacional.

Em suma, os resultados e as discursões sobre o genocídio mascarado no Brasil demonstram uma realidade de profunda violência e desigualdade racial, buscando o enfrentamento urgente e multifacetado que envolva a sociedade civil o poder público na construção de um país mais consciente e equalitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos refletir a interconexão entre os objetivos propostos e os resultados obtidos ao logo da pesquisa. O principal objetivo do trabalho foi fornecer uma compreensão abrangente sobre o Racismo mascarado no Brasil, abordando pontos de vista de autores renomados sob a temática em questão.

A temática do "genocídio mascarado" no Brasil nos leva a uma conclusão complexa e urgente que as dinâmicas sociais, econômicas e políticas revelam um padrão persistente de marginalização, violência e negligência que afeta desproporcionalmente a população negra e periférica.

Embora não se configure necessariamente como um genocídio nos termos estritos da lei internacional, que exige a intenção de destruir um grupo específico, as consequências de ações e omissões do Estado e da sociedade brasileira ecoam as características de um genocídio. A violência letal, a falta de acesso a serviços básicos, o racismo estrutural e a impunidade criam um cenário de extermínio silencioso e contínuo.

A obra seminal de Abdias do Nascimento, "O Genocídio do Negro Brasileiro", lançou luz sobre esse processo de um "racismo mascarado", onde a discriminação e a violência operam de formas sutis e institucionalizadas, dificultando o reconhecimento e a responsabilização.

Conforme abordado neste estudo, o racismo mascarado vai além de atitudes individuais, sendo um fenômeno estrutural com raízes profundas na constituição da sociedade brasileira. Ele aparece na escola, no ambiente de trabalho, na mídia e nas interações diárias, fundamentado em valores e normas herdadas de um passado escravocrata que nunca foi devidamente confrontado.

Contudo, também foi possível indicar estratégias para a mudança dessa realidade. A formação de uma sociedade genuinamente democrática e diversificada requer a

implementação de uma educação antirracista, o reforço de políticas públicas de igualdade racial, a valorização da identidade afrodescendente e a dedicação conjunta à justiça social.

Superar o racismo oculto requer um empenho constante de escuta, aprendizado, revisão de privilégios e alteração de comportamentos. Significa admitir que a inação frente ao racismo é uma manifestação de conivência, e que somente através de ações planejadas e estruturadas poderemos superar a lógica da exclusão. Além de ser uma obrigação dos indivíduos negros, esta é uma tarefa coletiva, urgente e imprescindível para todos que almejam uma sociedade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

A obra "Casa-Grande & Senzala" de Gilberto Freyre foi publicada originalmente em 1933. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao/constituicao.htm>. acesso em: 21 abr. 2025

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexíssimo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES. Maria Paula (org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES. Maria Paula (org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 92.